

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

Relatório e Contas
31 de Dezembro de 2007

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

RUA MANUEL PINTO DE AZEVEDO, 272 - 3º • 4100-320 PORTO • PORTUGAL • TEL+351 226 156 000 • FAX +351 226 156 099 • e-mail: acembex@rar.pt •
<http://acembex.rar.pt>

SEDE SOCIAL: PASSEIO ALEGRE, 624 PORTO • CAPITAL SOCIAL EUR 750 000 • MATRIC. C.R.C. PORTO Nº 18 804 • N.I.P.C. 500 007 560

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	35

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2007

Exmos. Senhores,

No cumprimento das disposições legais, a Gerência vem submeter para apreciação o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2007.

1. INTRODUÇÃO

Durante este exercício, a Acembex manteve uma posição de destaque como importadora e distribuidora de cereais (trigo, milho, arroz, cevada) e de outras matérias-primas para as indústrias de panificação, descasque de arroz e de rações.

2. ENVOLVENTE

O ano de 2007 foi caracterizado pelo aumento contínuo dos preços das principais matérias-primas com que trabalhamos, e pela proibição pela Comissão Europeia, das importações de "Corn Glúten", subproduto utilizado pela indústria de rações, que durante anos contribuiu muito positivamente para os resultados da empresa. No entanto, a expansão da nossa actividade para novas áreas geográficas de actuação, nomeadamente para o sul do país, ilhas e algumas zonas de Espanha, fez com que estes factos não viessem impedir o crescimento que havia sido planeado.

3. ACTIVIDADE DA EMPRESA

A Acembex passou a ser em 2007 o maior importador nacional de cereais e seus derivados, tendo movimentado cerca de 150 navios, através dos portos de Aveiro, Leixões, Lisboa e ilhas adjacentes. De destacar que o seu raio de acção (continente e ilhas) começou a estender-se de forma gradual e sustentada a algumas regiões de Espanha, nomeadamente Castilla-Leon e Estremadura, aproveitando assim o posicionamento geográfico de alguns portos portugueses. A sua actividade cresceu 23% face ao ano anterior.

A empresa tem vindo a implementar de forma sistemática novos mecanismos de controlo de gestão, com vista a melhorar o nível de rendibilidade e simultaneamente a minimizar os riscos inerentes à sua actividade. A par destas alterações, continuou a ser efectuado um esforço de diversificação dentro das áreas tradicionais da empresa, nomeadamente na procura sistemática de novas origens.

Inserida num sector onde a segurança alimentar é um factor essencial, a Acembex desenvolve, em parceria com alguns dos seus clientes e fornecedores, um complexo conjunto de acções de controlo, rastreio e tracibilidade ao longo dos fluxos de aprovisionamento. A empresa, viu em 2007 renovada a certificação do seu Sistema de Qualidade e Segurança Alimentar, com base nos referenciais "ISO 9001:2000" e "GTP" (Good Trading Practice) pelo organismo competente em Bruxelas, a Coceral.

A componente prestação de serviços de logística, que continua a ter um peso significativo na actividade da Acembex, representou 26% da contribuição total da empresa.

4. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

A evolução das contas patrimoniais, reflectiram ao longo do ano o comportamento normal para a actividade da empresa não se tendo verificado deterioração nos rácios mais significativos, nomeadamente, cobranças, pagamentos e rotação de stocks.

5. PERSPECTIVAS FUTURAS

Em termos futuros, a empresa continua a assumir que existem oportunidades de desenvolvimento, nas áreas de negócio tradicionais e nas suas adjacências, continuando a apostar na intensificação da componente prestação de serviços e na procura sistemática de novas oportunidades, não só em termos de produtos, como de novos serviços.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Ao resultado líquido do exercício, no valor de 159.864 Euros propõe-se, a seguinte distribuição:

Reserva Legal – 7.995 Euros
Dividendos – 130.000 Euros
Resultados Transitados – 21.869 Euros

7. NOTAS FINAIS

Dando cumprimento ao Artigo 21º do Dec.Lei Nº 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que a empresa tem regularizada a sua situação com a Segurança Social.

Finalmente cabe registar uma palavra de apreço, e o nosso agradecimento, ao empenho e dedicação de todos os colaboradores, bem como a todas as entidades que, de alguma forma, prestaram o seu contributo para o resultado obtido.

Porto, 21 de Janeiro de 2008

A GERÊNCIA

Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos
Luís José Sena de Vasconcelos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euro)

ACTIVO	Notas	2007	2006
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações corpóreas	5	98.643	149.876
Investimentos em empresas associadas	6	10.000	10.000
Total de activos não correntes		108.643	159.876
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	8	2.293.085	2.081.117
Clientes	9	11.248.870	6.882.802
Estado e outros entes públicos	9	4.414	32.389
Outras dívidas de terceiros	9	2.363.783	155.379
Outros activos correntes	10	242.794	186.326
Caixa e equivalentes de caixa	11	752.180	255.872
Total de activos correntes		16.905.126	9.593.885
ACTIVOS NÃO CORRENTES CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA		-	-
Total do activo		17.013.769	9.753.761
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	12	750.000	750.000
Reservas legais	12	75.919	69.455
Reservas de reavaliação	12	20.880	20.880
Resultados transitados		162.827	140.006
Resultado líquido do exercício		159.864	129.284
Total do capital próprio		1.169.490	1.109.625
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Credores por locações financeiras	14	31.960	71.366
Passivos por impostos diferidos	7	7.416	7.529
Total de passivos não correntes		39.376	78.895
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de curto prazo	13	982.111	796.823
Credores por locações financeiras	14	28.926	38.065
Fornecedores	15	14.031.545	5.878.522
Estado e outros entes públicos	16	600.148	325.070
Outras dívidas a terceiros	16	85.835	1.436.642
Outros passivos correntes	17	76.338	90.119
Total de passivos correntes		15.804.903	8.565.241
Total do capital próprio e passivo		17.013.769	9.753.761

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: José Pedro Macedo Trindade

A Gerência: Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Luís José Sena de Vasconcelos

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	2007	2006
Proveitos operacionais:			
Vendas	22	130.616.427	91.158.846
Prestações de serviços	22	5.588.040	5.679.443
Outros proveitos operacionais	23	828.169	687.207
Total de proveitos operacionais		<u>137.032.636</u>	<u>97.525.496</u>
Custos operacionais			
Custo das vendas	24	128.445.142	89.362.544
Fornecimentos e serviços externos	25	7.360.924	7.152.148
Custos com o pessoal	26	663.496	624.204
Amortizações e depreciações	5	50.014	49.806
Provisões e perdas por imparidade	18	(8.451)	(16.509)
Outros custos operacionais	27	242.795	110.725
Total de custos operacionais		<u>136.753.920</u>	<u>97.282.918</u>
Resultados operacionais		278.716	242.578
Proveitos e ganhos financeiros	28	30.497	18.850
Custos e perdas financeiras	28	92.463	79.620
Resultado antes de impostos		<u>216.749</u>	<u>181.808</u>
Imposto sobre o rendimento	30	56.885	50.221
Resultado do exercício de operações em continuação		<u>159.864</u>	<u>131.587</u>
Perdas obtidas em operações em descontinuação	29	-	3.176
Imposto sobre o rendimento em oper. em descontinuação	29	-	873
Resultado do exercício de oper. em descontinuação		<u>-</u>	<u>(2.303)</u>
Resultado líquido do exercício		<u><u>159.864</u></u>	<u><u>129.284</u></u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: José Pedro Macedo Trindade

A Gerência: Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Luís José Sena de Vasconcelos

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euro)

<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Recebimentos de clientes		131.919.149	99.318.300
Pagamentos a fornecedores		127.944.436	99.381.220
Pagamentos ao pessoal		675.895	620.540
Fluxos gerados pelas operações		3.298.818	(683.460)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(124.157)	(118.220)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		(142.130)	(844.194)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>3.032.531</u>	<u>(1.409.434)</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas		12.898	5.067
Juros e proveitos similares		29.223	18.611
Empréstimos concedidos	21	2.792.335	231.451
		<u>2.834.456</u>	<u>255.129</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	-
Imobilizações corpóreas		16.556	-
Variação dos empréstimos concedidos	21	3.944.620	-
		<u>3.961.176</u>	<u>-</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(1.126.721)</u>	<u>255.129</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		2.829.000	1.529.063
		<u>2.829.000</u>	<u>1.529.063</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		4.480.608	-
Amortizações de contratos de locação financeira		48.545	39.590
Juros e custos similares		86.246	78.163
Dividendos		100.000	70.000
		<u>4.715.399</u>	<u>187.753</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(1.886.398)</u>	<u>1.341.310</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		19.412	187.005
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	(249.343)	(436.348)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	<u>(229.931)</u>	<u>(249.343)</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: José Pedro Macedo Trindade

A Gerência: Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Luís José Sena de Vasconcelos

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	Capital	Reservas		Resultados transitados	Resultado líquido	Total
			Legais	Reavaliação			
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	12	750.000	65.500	20.880	134.864	79.097	1.050.341
Aplicação do resultado líquido de 2005:							
Transf. para reserva legal e resultados transitados		-	3.955	-	5.142	(9.097)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(70.000)	(70.000)
Resultado líquido do exercício de 2006		-	-	-	-	129.284	129.284
Saldo em 31 de Dezembro de 2006		750.000	69.455	20.880	140.006	129.284	1.109.625
Aplicação do resultado líquido de 2006:							
Transf. para reserva legal e resultados transitados		-	6.464	-	22.820	(29.284)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Resultado líquido do exercício de 2007		-	-	-	-	159.864	159.864
Saldo em 31 de Dezembro de 2007		750.000	75.919	20.880	162.827	159.864	1.169.490

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: José Pedro Macedo Trindade

A Gerência: Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Luís José Sena de Vasconcelos

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euro)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Acembex – Comércio e Serviços, Lda. (“Empresa” ou “Acembex”), é uma sociedade por quotas, com sede no Porto, constituída em 25 de Maio de 1970 e que tem como actividade principal a importação e distribuição de cereais (trigo, milho, arroz, cevada) e de outras matérias-primas para a indústria de rações e alimentar.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2007 tal como adoptados pela União Europeia.

Durante o exercício de 2007, a Empresa aplicou pela primeira vez a IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros”, obrigatória para os exercícios com o início em Janeiro de 2007. A aplicação desta norma resultou no acréscimo de informação divulgada ao nível dos instrumentos financeiros utilizados pela Empresa.

2.2. Investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas

As partes de capital em empresas do grupo e associadas são registadas ao custo de aquisição adicionado de eventuais despesas de compra. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrarem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos recebidos) são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

2.3. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registadas de acordo com a nova base de custo (“deemed cost”), o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

As depreciações foram calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e foram imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que foi determinada tendo em conta a utilização esperada do activo pela Empresa, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (anos):

Obras em edifícios	10
Equipamento administrativo	3 a 10
Equipamento de transporte	4

As despesas subsequentes de substituição de componentes de activos fixos incorridas pela Empresa são adicionadas aos respectivos activos corpóreos, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses activos abatido e registado como um custo na rubrica de "Outros custos operacionais".

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda de imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registados pelo valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais". As perdas resultantes do abate de imobilizado corpóreo são igualmente registadas pelo seu valor líquido na demonstração de resultados como "Outros custos operacionais".

2.4. Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica de "Perdas de imparidade em contas a receber", por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido. Usualmente as dívidas de terceiros não vencem juros.

b) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprios são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos da Empresa após dedução dos passivos.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com a taxa de juro efectiva. Os encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, incluindo prémios a

pagar são contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

d) Contas a pagar

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

e) Instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

A Empresa está exposta ao nível de risco financeiro, fundamentalmente a flutuações de taxas de câmbio, utilizando instrumentos derivados na gestão de alguns riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objectivo específico de cobertura dos riscos financeiros inerentes ao negócio (fundamentalmente, "forwards" de taxas de câmbio para a cobertura de importações futuras), não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afectam directamente a demonstração de resultados (Nota 3).

f) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Empréstimos bancários", no balanço.

2.5. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.6. Existências

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, que inclui o preço de factura e todas as despesas até à sua entrada em armazém, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração.

2.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

2.8. Imparidade dos activos não correntes

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.10. Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sua sede.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos e deste modo, a situação fiscal dos anos de 2004 a 2007 poderá ainda a vir a ser sujeita a revisão e eventuais correcções. A Gerência entende que eventuais correcções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da Empresa, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A Empresa está integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (accionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS).

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.12. Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos activos e as provisões para riscos e encargos são classificados como activos e passivos não correntes.

2.13. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções em outras divisas que não Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Activos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para Euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício, excepto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

2.14. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.15. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.16. Indemnizações pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho

Os encargos associados a indemnizações pagas a trabalhadores pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho são registados no exercício em que o respectivo acordo é concluído. Caso o acordo não seja assinado no mesmo período em que produz efeitos, é constituída uma provisão para fazer face às responsabilidades assumidas pela Empresa.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A actividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros, recorrendo em determinadas situações a instrumentos derivados de cobertura.

3.1. Risco de mercado

a) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante de endividamento indexado a taxas variáveis.

O endividamento da Empresa encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco de volatilidade. O impacto dessa volatilidade nos resultados e no capital próprio da Empresa não é significativo em virtude do relativo baixo nível de endividamento e da possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos nos resultados operacionais da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge").

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a Empresa apresenta um endividamento líquido de aproximadamente (857) milhares de Euros e 1.720 milhares de Euros, respectivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Notas 13, 14 e 21) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 11) contratados junto de diversas instituições.

Análise de sensibilidade de taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi determinada com base na exposição da Empresa a variações na taxa de juro em instrumentos financeiros tendo por referência a estimativa de endividamento médio em 2007. Para os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis, a análise foi preparada considerando-se que as alterações nas taxas de juros de mercado apenas afectam o proveito ou custo financeiro dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis.

Se a Euribor tivesse sido 50 pontos base superior e as restantes variáveis mantidas constantes, o resultado financeiro do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 viria diminuído em cerca de 3 mil Euros.

b) Risco de taxa de câmbio

Na sua actividade operacional, a Empresa realiza transacções diversas expressas em outras moedas que não Euro. Este risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transacções comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional da Empresa.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio de transacção da Empresa procura minimizar ou eliminar esse risco, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da mesma a flutuações cambiais. Sempre que possível, a Empresa procura realizar coberturas naturais dessas exposições cambiais, compensando os créditos concedidos e os créditos recebidos expressos na mesma divisa. Quando tal não é possível, recorre-se a outros instrumentos derivados de cobertura, fundamentalmente "forwards" de taxas de câmbio.

Nos casos em que os instrumentos derivados de cobertura, embora contratados com o objectivo específico de cobertura dos riscos cambiais, não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afectam directamente a demonstração dos resultados.

c) Risco de preço

O Risco de mercado da Acembex poderá situar-se ao nível da volatilidade dos preços das matérias-primas que transacciona. Esta empresa, no entanto neutraliza este risco através da adopção dos seguintes procedimentos:

- Aquisição e venda das referidas matérias-primas efectuadas em simultâneo, na grande maioria das transacções;
- Transacções efectuadas ao abrigo de contratos internacionais, nomeadamente GAFTA ("Grain and Feed Trade Association") e INCOGRAIN.

3.2. Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

O risco de crédito decorrente da actividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes (Nota 9). A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objectivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular.

A Empresa não apresenta risco de crédito significativo com algum cliente em particular, ou com algum grupo de clientes com características semelhantes, na medida em que as contas a receber estão repartidas por diversos clientes, diferentes negócios e diferentes áreas geográficas. A Empresa obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira do cliente assim o recomende. Para os clientes em que o risco de crédito o justifique, essas garantias consubstanciam-se em seguros de crédito e garantias bancárias.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando-se (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 encontram-se divulgados na Nota 18.

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a Empresa considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de forma resumida, na Nota 18.

Os montantes relativos aos activos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objectivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correctos nas respectivas datas de vencimento;
- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de activos e passivos, gerindo as respectivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a Empresa assegura a contratação de instrumentos e facilidades de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados à especificidade das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. Também por política, essas facilidades são contratadas sem envolver concessão de garantias.

A informação constante neste anexo inclui os montantes em dívida não descontados e os prazos de vencimento foram determinados com base na data mais próxima em que a Empresa pode ser solicitada a liquidar aqueles passivos ("worst case scenario"), no pressuposto do cumprimento de todos os requisitos contratualmente definidos.

4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, não se registaram alterações significativas de políticas contabilísticas nem correcções de erros fundamentais.

5. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o movimento ocorrido no valor das immobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	2007			Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	
Activo bruto:				
Saldo inicial	65.423	187.878	50.875	304.176
Adições	-	-	16.556	16.556
Alienações	-	(48.551)	(8.019)	(56.570)
Saldo final	65.423	139.327	59.412	264.162
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	32.711	72.143	49.446	154.300
Amortização do exercício	6.542	40.530	2.942	50.014
Alienações	-	(30.776)	(8.019)	(38.795)
Saldo final	39.253	81.897	44.369	165.519
Valor líquido	26.170	57.430	15.043	98.643

	2006			Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	
Activo bruto:				
Saldo inicial	65.423	155.460	55.742	276.625
Adições	-	32.418	-	32.418
Alienações	-	-	(4.867)	(4.867)
Saldo final	65.423	187.878	50.875	304.176
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	26.169	32.603	50.589	109.361
Amortização do exercício	6.542	39.540	3.724	49.806
Alienações	-	-	(4.867)	(4.867)
Saldo final	32.711	72.143	49.446	154.300
Valor líquido	32.712	115.735	1.429	149.876

O saldo de "Edifícios e outras construções" respeita a despesas com obras em edifício utilizado pela Empresa na sua actividade, arrendado a empresa do grupo onde se insere.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o valor líquido contabilístico dos bens adquiridos com o recurso a locação financeira totalizava:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Equipamento de transporte	57.430	115.735
	<u>57.430</u>	<u>115.735</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, a Empresa não tinha hipotecado ou penhorado quaisquer bens de imobilizado como garantia de empréstimos bancários concedidos à Empresa.

6. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 esta rubrica incluía a seguinte participação:

Empresa	Sede social	2007		2006	
		Percentagem do capital detido	Valor de aquisição	Percentagem do capital detido	Valor de aquisição
Acembex España, S.L.	Vigo – Espanha	100,00	10.000	100,00	10.000

Em 31 de Dezembro de 2007, os principais indicadores desta empresa eram como segue:

Empresa	2007	
	Capital próprio	Resultado líquido
Acembex España, S.L.	109.216	(137)

*Informação ainda não aprovada em Assembleia Geral.

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos passivos	
	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Diferença na base tributável de imobilizado	(7.416)	(7.529)
	<u>(7.416)</u>	<u>(7.529)</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foi como segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Saldo inicial	(7.529)	(5.771)
Efeito em resultados (Nota 30):		
Diferença na base tributável de imobilizado	113	(1.968)
Efeito da alteração da taxa de imposto	-	210
Sub-total	<u>113</u>	<u>(1.758)</u>
Saldo final	<u>(7.416)</u>	<u>(7.529)</u>

8. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.07	31.12.06
Mercadorias	2.293.085	2.081.117
	<u>2.293.085</u>	<u>2.081.117</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 o valor das mercadorias em trânsito é de 721.345 Euros.

9. CLIENTES, ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS E OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31.12.07	31.12.06
Cientes, conta corrente	11.248.870	6.882.802
Cientes, cobrança duvidosa	2.991	72.126
	<u>11.251.861</u>	<u>6.954.928</u>
Perdas de imparidade acumuladas em contas de clientes (Nota 18)	(2.991)	(72.126)
	<u>11.248.870</u>	<u>6.882.802</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a antiguidade destes saldos é como segue:

	31.12.07	31.12.06
Até 60 dias	10.826.789	6.652.367
Entre 60 e 90 dias	301.984	124.215
Entre 90 e 120 dias	23.502	50.214
Há mais de 120 dias	99.586	128.132
	<u>11.251.861</u>	<u>6.954.928</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	31.12.07	31.12.06
Imposto sobre o valor acrescentado	4.414	32.364
Retenções de imposto sobre o rendimento	-	25
	<u>4.414</u>	<u>32.389</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Outras dívidas de terceiros" tinha a seguinte composição:

	31.12.07	31.12.06
Outros devedores	255.864	15.087
Adiantamentos a fornecedores	885.724	136.630
Empresas do Grupo (Nota 21)	1.222.195	3.662
	<u>2.363.783</u>	<u>155.379</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a antiguidade destes saldos é como segue:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Até 60 dias	1.053.894	3.662
Entre 60 e 90 dias	59.629	-
Entre 90 e 120 dias	80.664	-
Há mais de 120 dias	<u>1.169.596</u>	<u>151.717</u>
	<u>2.363.783</u>	<u>155.379</u>

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

A Gerência entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

A Empresa não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra coberto pelo seguro de crédito.

10. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Rappel a receber	46.667	32.785
Indemnização de seguros	65.268	119.390
Créditos a efectuar pelos fornecedores	74.000	-
Outros acréscimos de proveitos	16.295	16.000
Seguros pagos antecipadamente	22.340	6.969
Rendas pagas antecipadamente	4.636	4.497
Outros custos diferidos	<u>13.588</u>	<u>6.685</u>
	<u>242.794</u>	<u>186.326</u>

11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Numerário	1.000	1.000
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>751.180</u>	<u>254.872</u>
Caixa e equivalentes de caixa	752.180	255.872
Descobertos bancários (Nota 13)	(982.111)	(505.215)
	<u>(229.931)</u>	<u>(249.343)</u>

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras.

12. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital social está representado por duas quotas com o valor nominal de 712.500 Euros e 37.500 Euros, respectivamente.

A Empresa é detida em 95% pela RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.

A rubrica "Reservas de reavaliação" resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos sócios podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital da Empresa ou em situações específicas na legislação.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

13. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os empréstimos bancários obtidos tinham o seguinte detalhe:

Entidade financiadora	31.12.07			31.12.06		
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
CGD	-	-	-	1.000.000	291.608	-
		-	-	1.000.000	291.608	-
Descobertos bancários (Nota 11)		982.111	-		505.215	-
		982.111	-		796.823	-

14. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Montantes a pagar por locações financeiras:				
2007	-	41.798	-	38.065
2008	31.314	37.215	28.926	34.977
2009	25.032	29.387	23.944	28.427
2010	8.260	8.159	8.016	7.962
	64.606	116.559	60.886	109.431
Juros futuros	(3.720)	(7.128)	-	-
	60.886	109.431	60.886	109.431
Componente de curto prazo			(28.926)	(38.065)
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			31.960	71.366

Os contratos de locação financeira respeitam a equipamento de transporte.

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

Em 31 de Dezembro de 2007, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

No quadro acima entende-se que a diferença entre os pagamentos mínimos de locação financeira (somatório das rendas futuras) e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira (somatório) das rendas futuras excluindo o montante de juros) corresponde ao valor de juros a pagar.

15. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.07	31.12.06
Fornecedores, conta corrente	12.686.985	5.561.207
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	1.344.560	317.315
	<u>14.031.545</u>	<u>5.878.522</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a antiguidade destes saldos é como segue:

	31.12.07	31.12.06
Até 60 dias	12.085.992	3.629.924
Entre 60 e 90 dias	955.419	2.032.353
Entre 90 e 120 dias	728.004	77.976
Há mais de 120 dias	262.131	138.269
	<u>14.031.545</u>	<u>5.878.522</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades da Empresa.

16. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	31.12.07	31.12.06
Imposto sobre o valor acrescentado	556.487	277.424
Contribuições para a segurança social	8.584	9.726
Retenções de imposto sobre o rendimento	35.077	37.920
	<u>600.148</u>	<u>325.070</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica "Outras dívidas a terceiros" tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Empresas do Grupo (Nota 21)	58.762	1.432.470
Outros credores	27.073	4.172
	<u>85.835</u>	<u>1.436.642</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a antiguidade das dívidas vencidas é como segue:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Até 60 dias	58.762	1.432.470
Entre 60 e 90 dias	-	-
Entre 90 e 120 dias	-	-
Há mais de 120 dias	27.073	4.172
	<u>85.835</u>	<u>1.436.642</u>

17. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Custos a pagar:		
Remunerações a liquidar	60.466	69.933
Despesas distribuição	5.000	-
Trabalhos especializados	4.540	4.005
Encargos financeiros a pagar	2.437	925
Comissões	1.239	14.474
Outros custos a pagar	2.656	782
	<u>76.338</u>	<u>90.119</u>

18. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas perdas de imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial 31.12.06	Reforço	Utilização	Saldo final 31.12.07
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 9)	72.126	-	(69.135)	2.991
	<u>72.126</u>	<u>-</u>	<u>(69.135)</u>	<u>2.991</u>
Rubricas	Saldo inicial 31.12.05	Reforço	Utilização	Saldo final 31.12.06
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 9)	69.135	2.991	-	72.126
	<u>69.135</u>	<u>2.991</u>	<u>-</u>	<u>72.126</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica "Provisões e perdas por imparidade" da demonstração de resultados inclui o montante de 19.500 Euros respeitante a recuperação de dívidas. As perdas de imparidade estão deduzidas ao valor do respectivo activo. Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica da demonstração de resultados inclui o montante de 70.026 Euros referente a dívidas incobráveis e 9.342 referentes a recuperação de dívidas.

19. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Garantias prestadas:		
Union Invivo	610.000	610.000
Toepfer	-	750.000
C.P - Caminhos de Ferro	24.940	24.940
Cargill Espana	-	150.000
Glencore	1.000.000	1.000.000
Conagra	3.000.000	-
Direcção Geral das Alfândegas	73.071	-
	<u>4.708.011</u>	<u>2.534.940</u>

As responsabilidades por garantias prestadas respeitam a importações de mercadorias.

20. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2007 a Empresa não tinha assumido compromissos não reflectidos no Balanço.

21. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções efectuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2007 e 2006 podem ser detalhados como segue:

Transações	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Juros debitados		Juros suportados	
	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Acembex España, S.L.	318.417	-	440.827	46.275	15.577	7.040	14.888	4.156
Centrar - Centro de Serviços de Gestão, S.A.	-	-	208.790	201.334	-	-	-	-
Geotur - Viagens e Turismo, S.A.	-	-	14.971	12.550	-	-	-	-
Imperial - produtos Alimentares, S.A.	1.582.430	1.457.613	7.120	6.857	-	-	-	-
RAR Imobiliária, S.A.	-	-	55.362	53.964	-	-	-	-
RAR - Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A.	521.283	793.937	384.689	322.244	-	-	-	-
RAR - Serviços de Assistência Clínica, Lda.	-	-	5.218	8.093	-	-	-	-
RAR - Sociedade de Controle (Holding), S.A.	-	-	505.600	490.470	1.193	510	-	-
RARTransportes, Lda.	-	-	109.802	79.237	-	-	-	-
	<u>2.422.130</u>	<u>2.251.550</u>	<u>1.732.379</u>	<u>1.221.024</u>	<u>16.770</u>	<u>7.550</u>	<u>14.888</u>	<u>4.156</u>

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos obtidos		Empréstimos concedidos	
	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Acembex España, S.L.	141.098	-	-	13.509	-	1.360.000	1.148.669	-
Centrar - Centro de Serviços de Gestão, S.A.	-	-	21.994	-	-	-	-	-
Geotur - Viagens e Turismo, S.A.	-	-	1.562	1.157	-	-	-	-
Imperial - produtos Alimentares, S.A.	106.880	301.777	-	1.343	-	-	-	-
RAR Imobiliária, S.A.	-	433	173	301	-	-	-	-
RAR - Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A.	3.531	1.833	45.450	21.936	-	-	-	-
RAR - Serviços de Assistência Clínica, Lda.	-	-	13	768	-	-	-	-
RAR - Sociedade de Controle (Holding), S.A.	-	-	9.142	-	-	-	-	-
RARTransportes, Lda.	649	1.153	13.402	15.663	-	-	-	-
SIEL, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>252.158</u>	<u>305.196</u>	<u>91.736</u>	<u>54.677</u>	<u>-</u>	<u>1.360.000</u>	<u>1.148.669</u>	<u>-</u>

Saldos	Outras dívidas a receber		Outras dívidas a pagar	
	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Acembex España, S.L.	12.955	-	3.279	4.156
Centrar - Centro de Serviços de Gestão, S.A.	-	11.809	-	-
RAR - Sociedade de Controle (Holding), S.A.	890	626	-	-
SIEL, SGPS, S.A.	59.681	-	55.483	68.314
	<u>73.526</u>	<u>12.435</u>	<u>58.762</u>	<u>72.470</u>

	Saldo 31.12.06	Aumentos	Diminuições	Ajuste Cambial	Saldo 31.12.07	Taxa de juro em vigor no exercício	Data de reembolso
Empréstimos concedidos:	-	240.000	(240.000)	-	-	5,075%	19.02.2007
Acembex España, S.L.	-	35.538	(35.538)	-	-	5,099%	19.02.2007
	-	32.857	(32.857)	-	-	5,123%	27.02.2007
	-	36.411	(36.411)	-	-	5,154%	16.04.2007
	-	46.190	(46.190)	-	-	5,168%	16.04.2007
	-	34.357	(34.357)	-	-	5,168%	16.04.2007
	-	36.497	(36.497)	-	-	5,168%	16.04.2007
	-	46.630	(46.630)	-	-	5,177%	16.04.2007
	-	66.418	(66.418)	-	-	5,211%	16.04.2007
	-	31.283	(31.283)	-	-	5,267%	02.05.2007
	-	36.399	(36.399)	-	-	5,331%	11.06.2007
	-	350.000	(350.000)	-	-	5,413%	11.06.2007
	-	48.658	(48.658)	-	-	5,455%	11.06.2007
	-	36.853	(36.853)	-	-	5,494%	06.08.2007
	-	33.923	(33.923)	-	-	5,497%	06.08.2007
	-	50.000	(50.000)	-	-	5,528%	06.08.2007
	-	450.000	(450.000)	-	-	5,563%	21.08.2007
	-	36.236	(36.236)	-	-	5,554%	21.08.2007
	-	35.062	(35.062)	-	-	5,557%	21.08.2007
	-	33.807	(33.807)	-	-	5,563%	21.08.2007
	-	35.137	(35.137)	-	-	5,645%	21.08.2007
	-	28.984	(28.984)	-	-	5,713%	14.09.2007
	-	200.000	(200.000)	-	-	5,685%	08.10.2007
	-	50.000	(50.000)	-	-	5,694%	08.10.2007
	-	550.000	(550.000)	-	-	5,713%	25.11.2007
	-	35.013	(35.013)	-	-	5,705%	25.11.2007
	-	36.082	(36.082)	-	-	5,705%	25.11.2007
	-	100.000	(100.000)	-	-	5,713%	30.12.2007
	-	77.000	(40.000)	-	37.000	5,740%	27.09.2008
	-	980.000	-	-	980.000	5,811%	10.12.2008
	-	100.000	-	-	100.000	5,880%	14.12.2008
	-	35.285	-	(3.616)	31.669	5,704%	04.10.2008
	-	3.944.620	(2.792.335)	(3.616)	1.148.669		

	Saldo 31.12.06	Aumentos	Diminuições	Ajuste Cambial	Saldo 31.12.07	Taxa de juro em vigor no exercício	Data de reembolso
Empréstimos obtidos:	710.000	-	(710.000)	-	-	4,841%	08.01.2007
Acembex España, S.L.	650.000	-	(650.000)	-	-	4,900%	18.01.2007
	-	135.000	(135.000)	-	-	5,115%	09.04.2007
	-	170.000	(170.000)	-	-	5,112%	09.04.2007
	-	330.000	(330.000)	-	-	5,103%	21.05.2007
	-	150.000	(150.000)	-	-	5,058%	21.05.2007
	-	270.000	(270.000)	-	-	4,995%	21.05.2007
	-	160.000	(160.000)	-	-	5,041%	21.05.2007
	-	110.000	(110.000)	-	-	5,126%	21.05.2007
	-	60.000	(60.000)	-	-	5,271%	24.05.2007
	-	50.000	(50.000)	-	-	5,323%	24.05.2007
	-	43.000	(43.000)	-	-	4,525%	30.08.2007
	-	1.000.000	(1.000.000)	-	-	4,525%	17.09.2007
	-	100.000	(100.000)	-	-	5,271%	17.09.2007
	1.360.000	2.578.000	(3.938.000)	-	-		

O empréstimo concedido no montante de 46.620 Dólares, com vencimento a 4 de Outubro de 2008, tem como contravalor o montante de 35.285 Euros.

A remuneração da Gerência pode ser decomposta como segue:

	2007	2006
Remuneração fixa	74.557	72.483
Remuneração variável	43.531	38.335
	118.088	110.818

22. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios de 2007 e 2006 foram como segue:

	31.12.07	31.12.06
Vendas		
Mercado interno	126.524.894	87.637.490
Mercado intracomunitário	4.091.533	3.524.617
	130.616.427	91.162.107
Perdas obtidas em operações em descontinuação (Nota 29)	-	(3.261)
	130.616.427	91.158.846
Prestações de serviços:		
Mercado interno	5.410.047	5.587.301
Mercado intracomunitário	170.871	85.975
Mercado externo	7.122	6.167
	5.588.040	5.679.443
	136.204.467	96.838.289

23. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos exercícios de 2007 e 2006 é a seguinte:

	31.12.07	31.12.06
Proveitos suplementares	657.045	636.140
Ganhos na alienação de imobilizado corpóreo	528	200
Diferenças de câmbio favoráveis	3.603	2.963
Juros de mora	105.223	47.881
Benefícios de penalidades contratuais	58.699	-
Outros	3.071	23
	<u>828.169</u>	<u>687.207</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, encontram-se registados na rubrica "Proveitos suplementares" os valores de proveitos inerentes à prestação de serviços de logística, relacionados com a actividade comercial da empresa.

24. CUSTO DAS VENDAS

Os custos das mercadorias vendidas, nos exercícios de 2007 e 2006, foram determinados como se segue:

	2007	2006
Existências iniciais	2.081.117	5.863.627
Compras	128.764.450	85.556.898
Regularização de existências	(107.340)	37.254
Existências finais	2.293.085	2.081.117
Perdas obtidas em operações em descontinuação	-	(14.118)
Custos do exercício	<u>128.445.142</u>	<u>89.362.544</u>

25. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios de 2007 e 2006, pode ser detalhada como segue:

	31.12.07	31.12.06
Subcontratos	5.543.493	5.287.764
Electricidade	4.905	4.283
Combustíveis	12.227	11.145
Ferramentas e utensílios	84	42
Material de escritório	7.268	6.830
Artigos para oferta	3.247	-
Rendas e alugueres	58.815	109.111
Comunicação	20.581	26.851
Seguros	120.120	139.744
Transportes de mercadorias	617.472	399.571
Transporte pessoal	137	-
Deslocações e estadas	69.498	73.069
Comissões	6.543	15.748
Honorários	3.000	6.781
Contencioso e notariado	1.339	327
Conservação e reparação	5.423	6.649
Publicidade e propaganda	2.000	-
Limpeza, higiene e conforto	6.765	6.763
Trabalhos especializados	748.398	748.596
Despesas de distribuição	127.181	307.483
Outros fornecimentos e serviços	2.428	1.760
	<u>7.360.924</u>	<u>7.152.148</u>

26. CUSTOS COM O PESSOAL

A repartição dos custos com o pessoal nos exercícios de 2007 e 2006 é a seguinte:

	31.12.07	31.12.06
Remunerações órgãos sociais	118.088	98.115
Remunerações do pessoal	374.241	397.333
Encargos sobre remunerações	74.783	93.361
Seguros	4.285	8.645
Encargos com saúde	9.103	14.148
Outros custos com pessoal	82.996	12.602
	<u>663.496</u>	<u>624.204</u>

Durante os exercícios de 2007 e 2006, o número médio do pessoal foi de 12 e 13, respectivamente.

27. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica "Outros custos operacionais" nos exercícios de 2007 e 2006 pode ser detalhada como segue:

	31.12.07	31.12.06
Impostos	19.707	14.442
Quotizações	10.432	10.116
Donativos	3.000	2.000
Ofertas e amostras de existências	-	10.469
Serviços bancários	19.010	34.973
Diferenças de câmbio	12.402	5.591
Juros de mora e compensatórios	172.278	43.106
Perdas na alienação de imobilizado corpóreo	5.443	-
Outros	523	497
	<u>242.795</u>	<u>121.194</u>
Perdas obtidas em operações em descontinuação	-	(10.469)
	<u>242.795</u>	<u>110.725</u>

O acréscimo verificado na rubrica "Juros de mora e compensatórios" deve-se, essencialmente, ao aumento das taxas de juro e ao aumento do preço das mercadorias. Este incremento foi parcialmente compensado com o incremento dos proveitos operacionais de natureza similar (Nota 23).

28. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	31.12.07	31.12.06
Custos e perdas:		
Juros suportados:		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	43.473	40.185
Relativos a contratos de locação financeira	4.301	3.488
Relativos a empréstimos Grupo (Nota 21)	14.888	4.156
Outros juros de mora ou compensatórios	15.206	25.031
	<u>77.868</u>	<u>72.860</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	6.218	784
Outros custos e perdas financeiras	8.377	5.976
	<u>92.463</u>	<u>79.620</u>
Resultados financeiros	(61.966)	(60.770)
	<u>30.497</u>	<u>18.850</u>
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos:		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	12.453	7.107
Relativos a empréstimos Grupo (Nota 21)	16.770	11.503
Diferenças de câmbio favoráveis	1.274	240
	<u>30.497</u>	<u>18.850</u>

29. RESULTADOS OBTIDOS EM OPERAÇÕES EM DESCONTINUAÇÃO, CUSTOS DE REESTRUTURAÇÃO E ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os resultados das operações em descontinuação que foram incluídos nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 relativos à descontinuação em 2005 da área de negócio "pet food", podem ser descritas com segue:

	2007	2006
Proveitos operacionais	-	3.261
Custos operacionais	-	(6.437)
Resultado antes de impostos	-	(3.176)
Imposto do exercício atribuível a operações em descontinuação	-	873
	<u>-</u>	<u>2.303</u>

30. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são detalhados como segue:

	31.12.07	31.12.06
Imposto corrente	56.998	48.463
Imposto diferido (Nota 7)	(113)	1.758
	<u>56.885</u>	<u>50.221</u>
Perdas obtidas em operações em descontinuação	-	(873)
	<u>56.885</u>	<u>49.348</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto do exercício é como segue:

	31.12.07	31.12.06
Resultado antes de impostos (incluindo perdas em descontinuação)	216.750	178.633
Efeito da aplicação dos IFRS	4.228	(8.926)
Resultado base para cálculo de imposto	<u>220.978</u>	<u>169.707</u>
Proveitos não tributáveis:		
Reversão de provisões	-	19.205
Mais-valias contabilísticas	441	200
Menos-valias fiscais	6.193	-
IRC	3.838	-
Benefícios fiscais	<u>6.416</u>	<u>6.848</u>
	<u>16.447</u>	<u>26.253</u>
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais:		
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	6.135	6.135
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	-	1.049
IRC e outros impostos	-	1.496
Mais-valias fiscais	-	101
Menos-valias contabilísticas	5.525	555
Outros	<u>523</u>	<u>-</u>
	<u>12.183</u>	<u>9.336</u>
Lucro tributável	216.713	152.790
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	<u>26,50%</u>	<u>27,50%</u>
Imposto calculado	57.429	42.017
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto	(3.838)	1.496
Tributação autónoma	3.407	4.077
Impostos diferidos (Nota 7)	<u>(113)</u>	<u>1.758</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>56.885</u>	<u>49.348</u>

Pelo facto da Empresa estar integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (accionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS), registou-se em custos no exercício de 2007, o montante de 60.836 Euros, por contrapartida de conta a pagar da SIEL, SGPS, S.A., relativamente ao seu contributo para o apuramento do lucro do grupo fiscal.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de Dezembro de 2007 não ocorreram factos que pela sua relevância mereçam ser apresentados.

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão em 21 de Janeiro de 2008, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Porto, 21 de Janeiro de 2008.

A Gerência:

Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos
Luís José Sena de Vasconcelos

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Acembex – Comércio e Serviços, Lda. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 que evidencia um total de 17.013.769 Euros e capitais próprios de 1.169.490 Euros, incluindo um resultado líquido de 159.864 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Gerência da Empresa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Acembex – Comércio e Serviços, Lda. em 31 de Dezembro de 2007, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Porto, 14 de Fevereiro de 2008

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves